



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Confecção de cartilhas educativas de combate às Fake News e à desinformação.

**2. JUSTIFICATIVA**

Trata-se de confecção de cartilhas educativas para eleitores do futuro com vista à disseminação de orientação de como identificar e combater as fake news e a desinformação, solicitada pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação.

Equipes do TRE-BA irão a escolas na cidade de Salvador, utilizando-se de um dos veículos do projeto TRE EM TODO LUGAR para apresentar aos estudantes as novas urnas eletrônicas, um quis (jogo de perguntas e respostas) que pode ser acessado via computador e **a primeira edição da cartilha de combate à desinformação com personagens e roteiros autorais do próprio tribunal.**

Optou-se pela contratação por dispensa de licitação em virtude da sua imprevisibilidade, uma vez que o projeto foi lançado apenas no final do mês de maio do corrente. Ademais, pelo cronograma estabelecido no projeto, as visitas às escolas ocorrerão entre os meses de junho e setembro de 2022. Assim, inviável que a contratação sujeite-se aos trâmites de um procedimento licitatório sem que haja prejuízo à consecução dos objetivos previstos a serem alcançados com o projeto.

Com efeito, apenas no mês de maio verificou-se a necessidade da contratação. De imediato, o item foi incluído em procedimento licitatório cujo processo já se encontrava em andamento. Apesar disso, não foi possível agendar a abertura da sessão pública do pregão em data anterior à segunda quinzena do mês de julho, o que projeta a assinatura dos instrumentos contratuais somente para o final de agosto. Considerando-se, ainda, que a finalidade do material é promover a educação de jovens com o objetivo de disseminação do conhecimento apreendido de forma a que possam identificar e combater as Fake News, eventual disponibilização da cartilha somente após a realização do pleito tornaria inócuo o projeto.

**3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD.
------	---------------	----	------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD.
1	<p><b>CARTILHA,</b></p> <p>- tamanho A5 (1748 x 2480 px), na orientação vertical, contendo 28 páginas. Material grampeado.</p> <p><b>Capa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• papel <i>couche</i> liso 250 gr, laminação fosca;</li><li>• impressão <i>offset</i> 4 X 4;</li></ul> <p><b>Miolo (páginas internas):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• papel <i>couche</i> liso 170 gr, fosco;</li><li>• impressão <i>offset</i> 4 X 4;</li></ul> <p>OBS. No Anexo A deste Termo de Referência encontra-se um exemplar inicial da revista para orientação dos interessados em encaminhar proposta. Contudo, a versão definitiva será encaminhada pelo Contratante, para confecção, posteriormente, conforme definições de prazos para entrega e recebimento, envio de prova, análise e aprovação da prova, constantes dos itens abaixo.</p>	Exemplar	6.000

#### **4. LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA**

- 4.1.** A contratada deverá entregar o material na Seção de Gestão de Almoxarifado (SEGEA) localizada no Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), sito na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador – Bahia, conforme opção da Administração a ser informada quando do agendamento da entrega.
- 4.2.** Horários de entrega: 13h às 18h, de segunda à quinta-feira, e 08h às 12h, às sextas-feiras.
- 4.3.** A Contratada deverá, obrigatoriamente, consultar a SEGEA, através do e-mail [segea@tre-ba.jus.br](mailto:segea@tre-ba.jus.br), para fazer o agendamento da entrega.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

**4.4.** A contratada entregará o material no prazo de 05 dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que será providenciada pela fiscalização do contrato, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**4.5.** A entrega do pedido do item a ser confeccionado deverá ser precedida da aprovação de prova, que deverá ser entregue na Seção de Gestão da Informação (SEINFO), localizada no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, sito na Primeira Avenida do CAB n.º 150 –CEP 41.745-901- Salvador-BA.

**4.5.1.** O prazo de entrega da prova será de 04 (quatro) dias úteis, a contar do recebimento da mídia eletrônica.

**4.5.2.** A prova será analisada pela fiscalização do ajuste no lapso de 02 (dois) dias úteis, prazo após o qual será emitida a Ordem de Serviço referida no **tópico 4.4**, devendo a Contratante indicar, na oportunidade, os eventuais ajustes necessários na prova.

**4.5.3.** A apreciação da prova levará em conta a fidelidade da reprodução com o arquivo original encaminhado.

**4.6.** A qualidade técnica do serviço prestado deverá ser condizente com o padrão exigido pelo Tribunal e será aferida também com base nos seguintes critérios:

**4.6.1.** qualidade na editoração em In Design, Corel Draw, Word, outros (conforme arquivo enviado);

**4.6.2.** qualidade na impressão aferida pela nitidez e ausência de manchas, falha e rasura;

**4.6.3.** qualidade no acabamento, aferida no exame do produto;

**4.6.4.** em qualquer hipótese, a confecção dos produtos somente será realizada após a aprovação da prova por algum dos fiscais do contrato. A apreciação da prova levará em conta a fidelidade de reprodução com o arquivo original encaminhado.

**4.6.5.** após a aprovação da prova por algum dos fiscais do contrato. A apreciação da prova levará em conta a fidelidade de reprodução com o arquivo original encaminhado.

## **5. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**5.1.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

**5.1.1. Recebimento provisório:** o objeto será recebido provisoriamente, na data da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

**5.1.2. Recebimento definitivo:** no prazo de **5 dias úteis**, após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

**5.2.** A contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

- 5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o objeto contratado poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.
- 5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização do contrato notificará por escrito a contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no item 4.4.
- 5.5. O objeto que não atenda às especificações exigidas no edital, inclusive no que concerne à fidelidade da reprodução gráfica que respeite a aplicação de cores do original, será devolvido à Contratada para correção e/ou substituição.
- 5.6. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.
- 5.7. Caso a Contratada não retire, no prazo de 90 dias, a contar do recebimento da notificação, o item recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda, doá-lo nos termos do disposto no Decreto nº 9.373/2018.
- 5.8. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho/contrato, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.
- 5.9. Consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos materiais devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

## **6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1. São obrigações do Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:
  - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;
- e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) entregar à contratada o modelo de cada item em cópia impressa ou em meio magnético;
- g) analisar a prova de cada item apresentado pela contratada e autorizar a impressão;
- h) realizar a conferência do material entregue após a impressão final, atestando a conformidade ou não com os originais encaminhados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste termo de referência;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- h) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- j) submeter à apreciação do TRE a prova dos materiais;
- k) corrigir a prova de cada item, em caso de ajustes apontados pela contratante;
- l) responsabilizar-se pela correção dos exemplares e peças que apresentarem defeito na impressão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

final;

- m) não reproduzir para terceiros os produtos fornecidos, sem autorização do contratante;

## **8. GARANTIA**

- 8.1.** A Contratada deverá oferecer garantia pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo.
- 8.2.** Na vigência da garantia, a contratada obrigará-se a reparar ou reexecutar, sem ônus para o Contratante, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.
- 8.3.** O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas dependências do Contratante.
- 8.4.** O pedido de reparo ou de reexecução do objeto contratado, durante o período de garantia, será formalizado por e-mail.
- 8.5.** Não sendo o vício sanado no prazo do subitem 8.2, a Contratada será notificada para que reexecute o objeto contratado, em no máximo 10 dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.

## **9. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

- 9.1.** A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:
- a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado – **1%, sobre o valor do item entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 5 dias;**
  - b) atrasar a apresentação da prova – **1%, sobre o valor total do item, por dia de atraso, até o limite de 2 dias;**
  - c) atrasar o atendimento para a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **1% do valor do item, por dia de atraso, até o limite de 5 dias;**
  - d) não realizar a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **10% do valor total do item;**

e) inexecução parcial – **10% do valor do material não entregue;**

f) inexecução total – **10% sobre o valor total contratado.**

**9.2.** Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

**9.3.** A aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” não afasta a obrigação de reexecutar o serviço ou do pagamento do seu equivalente.

## **10. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**10.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e na Portaria nº 308/2022, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

**10.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

## **11. PAGAMENTO**

**11.1.** Observada a ordem cronológica estabelecida em Lei, o pagamento será efetuado, sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

**11.2.** Condiciona-se o pagamento a:

- I – Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- II – Declaração da fiscalização do contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

**11.3.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**11.4.** A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por ela devidos.

## **12. MEIOS DE COMUNICAÇÃO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

- 12.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.
- 12.2. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.
- 12.3. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

**13. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18**

- 13.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
  - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
  - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
- 13.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 13.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
- 13.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 13.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

pessoais.

**14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO**

- 14.1.** Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Ademais, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade, pois há um universo de possíveis empresas individuais aptas a cumprirem o contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Gestão da Informação**

ANEXO A

“BONECA” DA CARTILHA  
(EXEMPLIFICATIVO)

Obs. Direitos autorais do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia